

O ESPELHO DE MACHADO DE ASSIS REFLETINDO UM NACIONALISMO BRASILEIRO “AUTÊNTICO”

Bruna Estevão
Eduardo da Cruz
Franciane Mochenski

RESUMO: O nacionalismo é um conceito presente na discussão literária brasileira, além de ser recorrentemente estudado por grandes nomes da historiografia. Machado de Assis, durante toda a sua vida dedicou-se a escrever obras que o consagrariam como um dos maiores escritores brasileiros. Com isso, o presente artigo analisa e discute o conceito de nacionalismo brasileiro dentro da obra *Papéis Avulsos* de Machado de Assis, utilizando como fonte, especificamente o conto *O espelho* que possui símbolos característicos que fazem alusão ao ideal nacionalista do autor.

PALAVRAS-CHAVE: *nacionalismo; nacionalismo brasileiro; Machado de Assis; Papéis Avulsos; O espelho.*

Nacionalismo – um conceito que perpassa a literatura

Certos conceitos são dotados de discussões que não encerram nesse ou naquele autor, mas permanecem ao longo de anos e sem um fim definido. Esse é o caso dos conceitos de pátria e nação, termos que fazem parte do mundo ocidental desde o século XVIII pelo menos e emergiram na luta política e social dos povos europeus no Novo Mundo.

Hélio Jaguaribe expõe que o conceito de nação, em termos objetivos, está relacionado à existência de um povo, dotado de vínculos comuns, como a raça e a tradição cultural, habitando certo território e integrado por um sistema comum de governo. Dessa forma, o termo nação resume-se na vontade prévia de certo povo de constituí-la e mantê-la. Seria, portanto, o propósito nacional que

constituiria a nação. O conceito de nacionalismo surge dessa forma devido aos problemas enfrentados por cada nação ao procurar realizar um destino comum, que proporcionasse à sua população o sentimento de pertencimento a determinado grupo ou sociedade.

Os trabalhos que discutem as ideologias formadoras da nação dividem-se em dois enfoques principais, como afirma Lucia Lippi Oliveira: de um lado o grupo que evidencia os aspectos culturais da nação em contraposição à idéia de progresso, e do outro o grupo que ressalta valores políticos desvalorizando os elementos culturais. Oliveira afirma que essa distinção entre nacionalismo cultural e político foi proposta por inúmeros autores, entre eles Kohn (1973) e ela nos ajuda a interpretar correntes e autores dedicados ao estudo da construção ideológica brasileira. Entretanto, a autora afirma que essa distinção não é rígida e que ela corresponde a uma construção analítica.

Barbosa Lima Sobrinho afirma que o termo nacionalismo não é dotado de uma única definição que englobe todas as características particulares de cada grupo nacionalista. Sobrinho defende que o nacionalismo pode ser uma atitude de extrema direita, como o fascismo e o nazismo, ou de esquerda, entretanto, entre esses dois extremos podem ocorrer inúmeras outras definições variadas não só no tempo dos acontecimentos, mas no espaço, de país a país, adaptando-se a circunstâncias e problemas diferentes em cada nação.

Por sua vez, Kohn aponta que o nacionalismo pode ser considerado uma força capaz de impulsionar a organização de um povo, sendo que a ideal de nação passa a ser colocado em local de destaque, integrando diferentes tradições, religiões, etnias e classes.

O conceito de nacionalismo teve uma história complexa e diferenciada em cada contexto nacional. Eric Hobsbawm aponta que o termo nacionalismo surgiu na França, nos fins do século XIX

Para descrever grupos ideológicos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais, os socialistas, e a favor daquela expansão agressiva de seus

próprios Estados, que viria a ser tão característica de tais movimentos. (HOBBSAWN, 1988, p. 204)

Nesse momento, termos como povo e nação ganham valor na França, sendo o povo identificado como o “terceiro Estado” e fazendo parte integrante da nação francesa. Rousseau expressou em seus escritos que a soberania nacional não estava no rei, mas no povo e que o homem comum era o que formava a nação.

Iluministas do século XVIII como Montesquieu e Voltaire identificaram a nação como uma comunidade distinguida por traços intelectuais e morais próprios. Essas idéias abriram espaço para novas discussões a respeito do ideal de nação. Na Alemanha, por exemplo, os ideais da cultura nacional juntaram-se a experiência histórica do Estado prussiano, como afirma Lúcia Lippi Oliveira. Meinecke considera que

na França os setores médicos e os homens de letras criaram juntos uma nova idéia de nação, enquanto que na Alemanha o espírito nacional emergiu como um subproduto do esforço intelectual de grandes poetas e pensadores (OLIVEIRA, 1990, p. 31).

Os primeiros pensadores que elaboraram as idéias de um nacionalismo cultural alemão estão diretamente ligados ao Iluminismo, como o caso de Herder, Goethe e Kant. Esse nacionalismo cultural alemão, segundo Oliveira, tendeu a rejeitar a liberdade individual como princípio fundador da nação e o espírito nacional assumiu um sentido místico e passou a ser visto como fonte de valores e conduta.

Hobsbawm afirma que a palavra “nacionalismo” passou a ser usada igualmente para todos os movimentos que consideravam a causa nacional como de grande importância política, aqueles que defendiam o direito de formar um Estado independente, destinado a um grupo nacionalmente definido. O autor afirma que a base dos nacionalismos de todos os tipos era igual, ou seja, a identificação emocional com sua nação.

Retomando Barbosa Lima Sobrinho, o autor afirma que uma característica do nacionalismo é a presença de um antagonismo, de uma diversificação de interesses entre grupos humanos, vinculados a territórios diferentes.

O antagonismo que se faz sentir, por exemplo, entre uma metrópole e a colônia, que veio a emancipar-se e a se tornar Nação, poderá classificar-se como nacionalismo, se traduzindo numa aspiração ou num programa de ação. Mas se esse antagonismo surge entre regiões ou territórios de uma determinada nação, mesmo quando traduz a diferenciações de classes ou de atividades econômicas, não chega a constituir um nacionalismo. Seria apenas regionalismo. Mas, se passa a influir na luta pela emancipação política dessa região, há de figurar entre os movimentos pioneiros do nacionalismo desse grupo humano, mesmo ainda sem a presença da Nação, mas como um esforço para criá-la, para lhe dar forma e substância (SOBRINHO, 1995, p. 09).

Partimos então para a análise do nacionalismo brasileiro e suas primeiras manifestações.

Lúcia Lippi Oliveira utiliza das palavras de Afonso Arinos de Melo Franco para afirmar a idéia de que “foi a partir do terceiro século da colonização que o Brasil transformou-se claramente em uma nação” (FRANCO, 1975, p. 73). A definição gradativa do território, a formação de uma mentalidade luso-brasileira e o sentimento de independência política que surge com a decadência da mineração caracterizam um sentido mais acentuado de nacionalidade do que o próprio processo de independência brasileiro, que pouco contribuiu com a construção de um sentimento nacional.

Na história literária também surgem discussões acerca do momento inicial do espírito nacionalista brasileiro e para tanto, Oliveira utiliza-se de dois autores brasileiros que trabalham com o tema: Antônio Cândido e Afrânio Coutinho.

Antônio Cândido, ao estudar o espírito nacional em sua vertente literária afirma que

é com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais *ilustrados*, que surgem homens de letras formando conjuntos

orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira (CÂNDIDO, 1969, p. 25).

Esse desejo de fazer uma literatura brasileira esboça a vontade de fazer uma literatura independente da metrópole, expondo temas e sentimentos da nação brasileira.

Afrânio Coutinho, por sua vez, recua a origem de uma literatura brasileira para o início da ocupação portuguesa, afirmindo que foi nesse momento que se criou um homem novo em terras brasileiras, esse homem, tinha mentalidades, interesses e sentimentos diferentes dos portugueses da metrópole e diferentes dos habitantes naturais do território. Dessa forma, dar-se-ia a criação de uma literatura genuinamente brasileira, com características próprias. Contudo, Coutinho afirma que a libertação total de idéias portuguesas veio com a proclamação da República:

A República, com sua ‘capacidade de criar Brasil, dentro do Brasil’, como assinalou Gilberto Amado, clareou a nossa consciência de ser brasileiros, fez-nos captar a resposta autodefinidora, depois de um século de perguntas e pesquisas sobre o que era ser brasileiro, e quais as características da nacionalidade e da literatura nacional (COUTINHO, 1976, p. 11).

Para Afrânio Coutinho, há três vertentes do pensamento sobre o nacionalismo na literatura. A primeira considera a literatura como o instrumento de um ideal nacional, a serviço da exaltação das características de um povo sobre os demais. A segunda vertente enfatiza o pitoresco, presente no regionalismo, no qual identifica o verdadeiro caráter nacional. Por fim, a terceira, que recebe a adesão do autor, constituiria o “autêntico” nacionalismo. O exemplo ideal é dado por Machado de Assis no texto *Instinto de nacionalidade*:

Não há dúvida de que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.

Machado de Assis recorre a Willian Shakespeare para tornar sua idéia mais clara e compreensível:

E perguntei mais, se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Juliet* e *Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês (ASSIS, 1973, p. 804).

A questão da nação brasileira como uma unidade própria emergiu em diferentes momentos do processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros, e um deles, segundo Lúcia Lippi Oliveira, ocorreu na segunda metade do século XIX, com a chamada “geração de 1870”. José Veríssimo foi um dos críticos literários que melhor compreendeu o significado das transformações que estão ocorrendo nesse momento e denomina-as de “modernismo”. Veríssimo afirma que:

O movimento de idéias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comista, o transformismo darwinista e o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influindo na literatura, deviam pôr um termo ao domínio exclusivo do romantismo, só se entrou a sentir no Brasil, pelo menos, vinte anos depois de verificada a sua influência ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais: a Guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias conseqüentes à Independência (...). Também a Revolução Espanhola de 1868 e conseqüente advento da República em Espanha (...). Esta propaganda republicana teve um pronunciado caráter intelectual e interessou grandemente os intelectuais, pode-se dizer que toda a sua parte moça, ao menos (VERÍSSIMO, 1969, pp. 28-29).

O pensamento dos autores que produziram seus trabalhos entre 1870 e 1914 foi dominado pelo sentido de atualização, de modernização. Seu projeto era superar o atraso cultural ao qual estava submetido o Brasil, a fim de que pudesse alcançar a parcela mais

avançada da humanidade. É, então, nesse período que se encaixa Machado de Assis com sua obra “*Papéis Avulsos*”.

O espelho – farda, pertencimento e nacionalismo

No esboço apresentado acima, procuramos discorrer sobre o conceito de nacionalismo, utilizando referenciais teóricos conceituados no assunto. Nesse contexto, nosso propósito volta-se a analisar o nacionalismo dentro da obra de Machado de Assis, mais especificamente no conto *O espelho*, publicado no livro *Papéis Avulsos*, em 1882. Nossa problemática parte do pressuposto de que esse conto é uma alegoria ao sentimento de nacionalismo, entendido por nós como o sentimento de pertencimento a uma nação. Compartilhamos da idéia de Sidney Chalhoub de que

sem dúvida, é um desafio interrogar esses documentos [contos de Machado de Assis], descobrir as intenções de comentário e de crítica social e política que eles carregam (CHALHOUB, 2005, p. 67).

Porém, acreditamos que a clara alusão ao sentimento de nacionalismo presente no conto nos guiará a compreender a intenção de Machado de Assis.

Além de compreender o conto, analisamos como Machado de Assis, enquanto um autor em sua fase realista, transporta para o papel a realidade da sociedade em que vive.

Papéis Avulsos (1882) é o terceiro livro publicado por Machado de Assis em sua fase realista. É uma obra composta por narrativas curtas denotando um momento de ruptura na escrita do autor, a começar pelo título, que faz uma alusão a casualidade. É o próprio Machado que faz a advertência no início do livro:

Este título de Papéis avulsos parece negar ao livro uma certa unidade; faz crer que o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os

não perder. A verdade é essa, sem ser bem essa. Avulsos são eles, mas não vieram para aqui como passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa (ASSIS, 1882).

O espelho, sub-titulado “esboço de uma nova teoria da alma humana”, relata a história de uma conversa, entre quatro cavalheiros, na qual um deles, Jacobina, inicia sua teoria de que o ser humano seria possuidor de duas almas – uma exterior e outra interior. Segundo o personagem, a alma exterior pode mudar constantemente e, de modo a fazer-se entender a seus colegas, conta-lhes um fato ocorrido a ele próprio: diz ele que, aos seus vinte e cinco anos, fora nomeado alferes da Guarda Nacional, episódio este que rendeu o orgulho a família, além de muita bajulação. Prossegue dizendo que então, certa vez, foi visitar uma tia no sítio e lá ficou por mais de um mês. Diz ele que os elogios eram incessantes e que lá pelas tantas, acostumou-se mais a ser o “sr. Alferes” que o “homem Jacobina”. Ganhou até um espelho, para admirar-se, provindo das fidalgas vindas em 1808, com a família real. Entretanto, é quando sua tia vai viajar para visitar uma filha enferma, que se desenrola o drama. Sem a bajulação diária (até mesmo dos escravos que fogem após a viagem da tia), o personagem encontra-se e sente-se solitário e vazio. Somente quando se olha no espelho, fardado¹, é que se sente vivo outra vez.

Especificamente nesse conto, compreendemos que há referência a identidade nacional pessoal. Isso é bastante claro no sentimento produzido no personagem pelo uso da farda que representaria a nacionalidade. Enquanto Jacobina sente solitário e vazio, vemos um ser solitário e vazio. Porém, ao olhar-se no espelho e ver-se fardado, sente-se outra vez não mais sozinho, mas *parte de algo*, de uma nação, ressaltando o sentimento de *pertencimento* explorado por Hélio Jaguaribe. Trabalhamos nesse momento com um

¹ Pois, num primeiro momento quando se posta diante do espelho sem a farda, não vê “uma figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra” (ASSIS, 1882).

símbolo. A farda simbolizando ou representando a nacionalidade do personagem e exaltando o seu sentimento, o seu pertencimento, a sua nacionalidade.

Nas referências históricas do conto, o autor John Gledson, utilizando das palavras do próprio Machado de Assis, afirma que a própria descrição do espelho já forneceria o principal referencial:

Era um espelho que lhe dera a madrinha, e que esta herdara da mãe, que o comprara a uma das fidalgas vindas de 1808 com a corte de d. João VI. Não sei o que havia nisso de verdade, era a tradição. O espelho estava naturalmente muito velho; mas via-se lhe ainda o ouro, comido em parte pelo tempo, uns enfeites de madrepérola e outros caprichos do artista. Tudo velho, mas bom (...) (GLEDSO, 2006, p. 74).

Apoiado nesse referencial, Gledson faz também outra analogia com o conto. Segundo ele, 1808 seria o momento em que a nação brasileira teria se visto no “espelho”, tornando-se consciente de si própria. O autor alude para que em 1808 a identidade nacional era tão “imperceptível quanto a imagem de Jacobina no espelho” (GLEDSO, 2006, p.76), quando olhou da primeira vez. Gledson também relaciona a descrição do espelho com a própria descrição da imagem da cultura portuguesa do século XVIII, da qual os brasileiros teriam herdado tal cultura, pela qual viam a si mesmos: “apodrecida, oca e puramente ornamental” (GLEDSO, 2006, p.76).

Retomando a análise do conto, encontramos na passagem onde o personagem discorre sobre as duas almas do ser humano estabelecendo referências com o nacionalismo brasileiro, desperto já nesse momento:

A alma exterior pode ser um espírito, um fluído, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é uma alma exterior de uma pessoa (...) Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência (ASSIS, 1882).

Associamos a alma exterior de Jacobina à farda, que no nosso caso, representa a nação. Entendemos então, a partir da explicação sobre a segunda alma do ser humano, que quando Jacobina se vê sem a farda no espelho, está claro que o personagem não está completo. Falta-lhe o sentimento de pertencimento a algo, por isso, sente-se vazio e solitário.

John Gledson defende que o conto apresenta uma “crise de identidade”:

Não foi então por acaso que Machado recorreu ao conto, tão adequado à dramatização de crises de identidade, para uma primeira solução do problema, isto é, a sua primeira tentativa de encarnar a nação num único personagem. “O espelho” é seguramente o texto crucial nesse contexto porque, aqui pela primeira vez, a fim de dar rosto às dúvidas sobre a identidade da nação, esta é encarnada por um personagem cuja identidade é, ela própria, posta em dúvida (GLEDSO, 2006, p. 89).

Nesse contexto, somos tentados a discordar da interpretação que o autor faz do conto, quando entende que a identidade do personagem é posta em dúvida. Acreditamos que a análise deva ser feita pelo viés do “descobrimento” da identidade e não da dúvida dela, tendo em vista que a dúvida acarreta a incerteza do fato e não o “não-saber” dele, que seria o caso do conto. Pois Jacobina descobre, ao olhar no espelho, que se sente bem, valorizado, pertencendo a um grupo importante para sua vida com a farda e não coloca em dúvida esse fato, questionando se a farda faria ou não sentir-se melhor.

Em relação ao período no qual Machado de Assis escreveu o conto, temos que a literatura brasileira estava em sua etapa realista. Após a etapa intitulada “romantismo”, na qual se procurou enaltecer símbolos nacionais e, a partir da qual, acreditamos na intenção que havia em criar-se um sentimento de pertencimento à nação brasileira, negando os valores da antiga metrópole, houve, no Brasil, a fase realista da literatura, na qual se deixou de lado a escrita para o ócio dos leitores e buscou-se escrever a verdade. Nesse contexto, encontramos na autora Mônica Pimenta Velloso um arsenal para discutir nossa proposta de como Machado de Assis, em sua fase

realista, discute o nacionalismo numa forma alegórica, como a apresentada no conto.

A literatura realista seria, como já mencionamos, o relato de problemas reais, através de uma escrita “real”. A autora menciona que “se o homem é fruto do meio, sua obra deve, consequentemente, refletir esse meio” (VELLOSO, 1988). É nesse contexto então que a autora intitula Machado de Assis como “literatura rebelde”, pois

Um ponto é claro: Machado não recorre ao gênero documental, escapando assim à famosa simetria autor-obra. Por isso é acusado de uma dupla alienação: em relação à nação, quando não se interessa pelos problemas públicos, e em relação a si próprio, quando nega suas origens. Logo, sua obra não se assemelha a ele que é pobre e mestiço – nem à sua pátria, porque ele se identifica mais com os ideais gregos e ingleses. A simetria se realizaria se Machado se visse tal como é, ou seja, se escrevesse um “romance mulato”, com experiência de suas origens e pua psique (VELLOSO, 1988).

A autora entende que “recusando o ideal da observação científica e a tradição descritiva, típicos da narrativa naturalista, o autor [Machado] gera controvérsias (VELLOSO, 1988). Entretanto, antes que possamos discordar da autora, ela fornece o ponto-chave para que entendamos o porquê dessa controvérsia: a subjetividade. Machado de Assis usou-se da ficção em seus contos e da subjetividade para transportar os problemas sociais brasileiros de sua época, para o papel, fato esse que suscitou a seus contemporâneos o entendimento de que Machado não daria importância ao seu contexto social. Nas palavras de Velloso

Em suma: cobra-se a ausência, faltam paisagens, pessoas; falta a descrição! É a “estética do visível” que quer a representação fiel do real, a fotografia exata, o milímetro dos detalhes. Machado recusa esta receita literária. Ao invés do retrato bem comportado, prefere falar pelas pulsões e contradições dos seus personagens, deixando que o social aí apareça (VELLOSO, 1988).

Com isso, podemos concluir que o nacionalismo estava presente na obra de Machado de Assis, muitas vezes de maneira subjetiva, ou em forma de crítica a sociedade. Entretanto a importância do sentimento de pertencimento à nação aparece firmemente na fonte aqui trabalhada, evidenciando o fato já citado e trabalhado pelo próprio autor aqui analisado de que uma literatura deve alimentar-se dos assuntos da sua região, criando-se autores do seu tempo e do seu país, evidenciando fortes traços nacionalistas e fazendo uma literatura que defende o nacionalismo “autêntico”, apresentado por Afrânio Coutinho e defendido por Machado de Assis.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1973.
- _____. *Papéis avulsos*. Belo Horizonte: Itatiaia. 2006.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 3^aed. São Paulo, Martins, 1969, 2^o v..
- CHALHOUB, Sidney. *História em causas miúdas*. São Paulo, 2005.
- COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro/Brasília, Pallas/INL, 1976.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Problemas políticos brasileiros*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- GLEDSOHN, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- JAGUARIBE, Hélio. *Nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.
- KOHN, Hans. Nationalism. In: WIENER, Philip (ed.). *Dictionary of the history of ideas*. New York, Charles Scribner's Sons, 1973

- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Desde quando somos nacionalistas?* Rio de Janeiro: editora Vozes, 1963
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como espelho da nação: A crítica literária no Estado Novo. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988.
- VERÍSSIMO, José. O modernismo. In: *História da literatura brasileira*. 5^aed. , Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.